



MOÇÃO

Pelo Direito à igualdade de oportunidades numa Escola Pública de qualidade

Os docentes, técnicos superiores, assistentes operacionais e técnicos administrativos, presentes numa reunião plenária realizada na cantina da escola sede, do Agrupamento de Escolas de Perafita, em 15 de julho de 2014, com início às onze horas e trinta minutos, vêm manifestar uma grande preocupação pela forma como o Governo, através do Ministério da Educação e Ciência, está a conduzir um processo de transferência de mais competências para as autarquias, que até agora eram da sua exclusiva responsabilidade, sem que para isso tenha sido implicada a comunidade educativa, da qual este grupo é parte fundamental, pela ação educativa direta que desenvolve diariamente nas escolas. Os elementos presentes nesta reunião nunca questionaram a importância que o poder local tem na educação, nomeadamente no que se refere ao concelho de Matosinhos, cuja intervenção ao nível de ofertas educativas suplementares é uma realidade, assim como o apoio a alunos e famílias carenciadas e a algumas iniciativas do agrupamento. Os presentes admitem mesmo a negociação da transferência de mais algumas competências, para além das que já fazem parte do âmbito municipal, desde que isso possa contribuir para melhorar o desempenho da escola no serviço que presta, aos alunos em primeiro lugar, e à restante comunidade educativa. Os presentes mostram-se desde já disponíveis para participarem numa discussão que integre todos os implicados num processo, que pela sua complexidade, exige tempo, ponderação e o máximo de consenso. Pensam, contudo, que não é com negociações fechadas, concretizadas nos gabinetes, em que os documentos para discussão só chegam aos principais interessados quando estão praticamente concluídos, quase “facto consumado”, que um tema de tão grande importância para a vida das escolas, deva ser tratado. A documentação, a que grande parte dos presentes só teve acesso esta semana ou no final da semana passada, revelam já um grau de amadurecimento das ideias e uma estrutura tão elaborada, que pressupõe um longo trabalho durante o qual nunca muitos dos principais interessados foram ouvidos. Estes documentos apontam mesmo soluções concretas, como, por exemplo, ao nível da gestão dos recursos humanos, que passariam a ser da exclusiva responsabilidade da autarquia, incluindo os docentes e todos os técnicos de educação; dos recursos financeiros, prevendo-se mesmo prémios para quem “economizar” mais



na gestão dos docentes, apresentando fórmulas de cálculo de cariz economicista, e muito mais competências que constam nos documentos agora tornados públicos.

Assim, tendo em conta:

O sigilo que acompanhou a elaboração dos documentos agora apresentados, que apontam de forma clara para uma linha de ação cuja estrutura remete para a municipalização da educação na sua plenitude;

A não participação dos docentes, através das suas estruturas de defesa de classe; dos técnicos de educação e outros elementos da comunidade educativa, na discussão de matérias tão relevantes e sensíveis como aquelas que são agora apresentadas em documentos praticamente concluídos;

O conteúdo dos documentos que, a concretizar-se tal qual é apresentado, constituiria uma desregulação completa do sistema educativo, aprofundando as clivagens já existentes entre regiões mais pobres e mais ricas, logo contribuindo para pôr em causa um princípio fundamental da Lei de Bases do Sistema Educativo, como é o da igualdade de oportunidades no acesso a uma escola pública de qualidade.

Os docentes, técnicos de educação e restante pessoal não docente, presentes neste plenário, exigem:

Uma participação alargada a toda a comunidade educativa, incluindo docentes, técnicos de educação e as suas estruturas representativas, em qualquer processo que implique a transferência de mais competências da educação, do que as que já existem, para as autarquias;

Debates alargados a nível nacional, durante o período de tempo necessário à maturação de ideias que permitam, de forma articulada, encontrar soluções para evitar roturas no sistema com o conseqüente acentuar de clivagens que aumentem ainda mais o fosso entre o litoral e o interior do país, realidade tão marcante na atualidade.

Os docentes e técnicos de educação rejeitam desde já:

Qualquer processo que vise transferir competências da Administração Central para as Autarquias, no que se refere à gestão destes recursos humanos, nomeadamente nos domínios do processamento de salários; avaliação de desempenho e poder disciplinar;

Interferência unilateral, com poderes de decisão das autarquias, na gestão pedagógica dos currículos nacionais, na colocação de docentes pertencentes



atualmente aos quadros do Ministério da Educação e Ciência e do funcionamento das escolas/agrupamentos.

Qualquer tentativa do Governo impor unilateralmente, um modelo que aponte para a municipalização plena da educação, em que o Estado se vá progressivamente desresponsabilizando de funções que agora são exclusivamente da sua responsabilidade, pondo em causa o princípio da igualdade de oportunidades no acesso e no sucesso pleno à educação, que só uma escola pública de qualidade pode garantir a todos os cidadãos, como exige a Lei de Bases do Sistema Educativo.

Esta moção será enviada às seguintes entidades:

- Presidente da República Portuguesa;
- Ministério da Educação e Ciência;
- Grupos Parlamentares;
- Câmara Municipal de Matosinhos;
- Assembleia Municipal de Matosinhos;
- Presidente da União das freguesias de Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo;
- Sindicatos representantes do pessoal docente;
- Sindicatos representantes da Administração Local.

Perafita, 15 de julho de 2014